

A ERGOLOGIA SAI PARA A RUA: ENTRE AS RENORMALIZAÇÕES E O COTIDIANO

*Jesus Alexandre Tavares Monteiro
Vanessa Andrade de Barros*

1. Introdução

Neste artigo, objetivamos construir uma reflexão teórica para orientar-nos diante de ações intermitentes e renováveis que é o cotidiano da População em Situação de Rua (PSR). Por intermédio de uma base conceitual advinda da Ergologia, representada especialmente pelo pensamento de Yves Schwartz (2007) e da perspectiva conceitual sobre o cotidiano do historiador Michel Certeau (1994), faremos referência à forma de sobrevivência constituída na rua. Buscaremos, assim, definir o prescrito da rua e suas normatizações e o real das renormalizações construídas pela população de rua que reinventa o cotidiano para sobreviver. A definição de população em situação de rua é nossa primeira prescrição a ser refletida.

Os Sans-Abri (sem abrigo) e depois Sans Domicile Fixe (sem domicílio fixo), na França. Os Homeless nos Estados Unidos e Inglaterra. Os Under-Class, que compreendem os "sem vergonha" e os "promiscuos", de quem fala Wacquant (1996) em A Hunderclass urbana do imaginário social e científico norte-americano, e a denominada "Povo de Rua" no Brasil são os novos termos usados para identificar essa população. Sem-casa, sem-teto, sem-ocupação (Brito, 2003, p. 41).

Na busca de denominações que designem este público, seguimos o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu o conceito produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Considera-se População em Situação de Rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009, p. 8).

As palavras “em situação de” apresentam a condição de passagem pela identidade morador de rua. Tal denominação vislumbra desconectar o indivíduo da condição única de ser rua e aproximá-lo da condição de estar de passagem pela rua. Assim, esta nomenclatura consegue abarcar um propósito maior de não estigmatizar mais o público com uma identificação estática. É preciso compreender que esse público não é resultado imediato de um parto das entranhas da rua, mas uma situação processual que deve ser trabalhada para a mudança. Este artigo, parte integrante da pesquisa de mestrado em Psicologia da UFMG¹ (Monteiro, 2011), justificou-se, também, pelo acréscimo quantificável e constante da população em situação de rua, nos vários municípios brasileiros. Segundo o último Censo do MDS2, Brasil (2006) foi contabilizado em 31.992 pessoas em situação de rua acima de 18 anos em 71 municípios³, excluindo quatro capitais de peso que haviam feito este Censo⁴.

Diante da diversidade de fatores que perpassam a situação de rua, optamos, por aprendermos com a rua pela perspectiva da metodologia biográfica e observação participante. Desta forma, com o intuito de compreender a rua real, justificado pela necessidade de ampliar as pesquisas qualitativas sobre a vida na rua, o acréscimo de moradores e a não compreensão das políticas públicas sobre a complexidade da rua, trabalhamos ao longo de dois anos com três nortes de recolhimento de dados: um grupo de oito moradores de rua com o qual construímos a pesquisa de trajetória de vida; por seguinte como

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

² A referida pesquisa foi terceirizada e produzida pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Meta, de Porto Alegre. Desta forma a referência bibliográfica encontra variações de publicação. Nas bibliografias deste projeto encontra-se como: META (2008).

³ A pesquisa foi realizada em municípios com a população acima de 300 mil habitantes.

⁴ São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

integrante da pesquisa participante estadual sobre População em Situação de Rua; e por último, nos concentramos em uma releitura bibliográfica utilizando de fontes diretamente correlacionadas aos estudos da População em Situação de Rua e de sua história.

2. Ergologia e a história do cotidiano

A Ergologia é uma disciplina de criação e conjunção; uma forma de articular os conhecimentos e desenlaçar os trâmites que impedem a o ato inventivo. A ergologia tem como norte pensar o trabalho como atividade humana que abarca a prescrição de normas e renormalização por meio do trabalho real. Pensar o trabalho como atividade humana é colocar o conceito de trabalho, segundo Marx (2007), como perspectiva ontológica do ser social. A atividade é o passo fundamental de socialização na qual os indivíduos transformam o mundo e se transformam para a obtenção de sobrevivência coletiva. Essa transformação cotidiana, que é a atividade, é embasada em uma ação política que busca o bem comum.

O cotidiano é o espaço de um conjunto de ações realizadas todos os dias de modo sucessivo e estipulado por normas precedentes, ações contínuas que deixam traços diários. A leitura de Certeau (1994) sobre o cotidiano orienta-se pela valorização do homem simples e ordinário como sujeito e ator do cotidiano. Ao levantar os holofotes sobre este herói do cotidiano, as práticas simples do fazer são resgatadas por meio do olhar acadêmico. Araújo (2009) refere-se a abordagem de Certeau denominada de resistência “como uma dimensão em que os indivíduos põem em ação as chamadas “táticas de resistência,” para “atenuar as imposições ‘mortíferas’ macro-sociais as quais eles são alvos” (Araujo, 2009, p.2).

Mas Certeau (1994) define, também, o cotidiano em sua característica opressora:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir

do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (Certeau, 1994, p. 31).

Este autor reconhece o cotidiano como um espaço alienador, reproduzido, reiterado, cansativo e assujeitado. Contudo, averigua micro exercícios, táticas de confrontação, em sua maioria atos de criatividade contra as estratégias sutis do cotidiano de coação do inventivo. Mais que repetição e opressão, para Certeau (1994) a teoria das práticas cotidianas demonstra uma reinvenção do cotidiano por aqueles que burlam, de modo matreiro, as ordens estabelecidas.

Temos, desta forma, uma junção destes dois olhares acadêmicos: o cotidiano vislumbrado por Certeau (1994) como um espaço de resistência praticado pelo homem simples e a Ergologia de Schwartz como disciplina de criação para abordar a atividade humana em uma perspectiva ontológica dentro de suas normas e renormalizações do cotidiano. Usamos destes olhares para analisarmos a rua dentro de sua complexidade, podendo, assim, abordar este espaço pela ótica de criação inovadora para intervir em velhos fenômenos urbanos. Precisamos, assim, compreender como as normas atuam no cotidiano e como o sujeito simples ou a População em Situação de Rua atua sobre essas normas.

As normas, por si, são formas de convivência, maneiras de postular o indivíduo e o coletivo que podem constranger o ser humano e também ser base de organização e aprendizado. Schwartz observa, a respeito das normas:

A realidade das normas antecedentes é, portanto, uma combinação inextricável de conquistas e riscos, tanto facilitadora quanto opressora da vida social. Nenhuma norma é puramente técnica e, por isso mesmo, neutra, evidente (2011, p.137)

As normas funcionam como prescrito e podem ser internas e externas e se organizam no campo do real. O prescrito é o ato de concatenar ideias individuais e coletivas sobre determinado assunto, para que essas sejam seguidas e efetivadas por terceiros. O real é a ação expressa por rearranjos que cada indivíduo e coletivo fazem para a efetivação de fato de determinada tarefa, é o momento em que o sujeito usa das normas prescritas, e não usa as normas prescritas, renormaliza as mesmas para o cumprimento veraz da tarefa em prol de si.

3. A rua e seu homem ordinário

Para compreendermos o prescrito da atividade de sobreviver em situação de rua é preciso compreendermos o prescrito da rua. A rua carrega em seu contexto uma diversidade de significados e por intermédio de um dicionário etimológico podemos iniciar a delimitação conceitual deste espaço: “*Via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas, numa cidade, vila ou etc., qualquer logradouro público, ou outro lugar que não seja casa, residência, local de trabalho*” (Cunha, 1982, p.692). Essa definição nos dá a conhecer características expressivas que nos orientam ao pensar a rua: “via para circulação”, objetivo de fluxo e “qualquer logradouro público ou lugar que não seja casa”, área pública, rua, via, viela, beco, avenida, estrada, rodovia são espaços de circulação coletiva que não sejam delimitados para o privado. Nossa definição norteia-se por balizes da mobilidade e do público.

A rua, na atualidade, segundo a geógrafa Ana Fani Carlos (2007), guarda múltiplas dimensões: o sentido de encontro, o sentido de passagem; sentido de mercado; sentido de diversão; de reivindicação; normatizador; de gangues; de segregação social; e o sentido de morar. O que observamos é que com a concretização da sociedade urbana, descrita por Lefebvre (1999), as dimensões vinculadas ao coletivo, ou diremos, ao encontro são suplantadas por ações individualizadas, econômicas e normativas.

A rua não é mais local de encontro. Os encontros se fecham às paredes e bares vinculados ao consumo. As vitrines são o motivo de parada para os que andam, mas as grandes construções, os shoppings, são formadoras de novas gerações. A rua tornou-se o local do não vínculo e o espaço em que morar se torna uma realidade desavisada, pois naquele lugar não se possui o vivido. Um morador em situação de rua descreve com maestria a função social da rua:

Os fiscais da prefeitura destroem nossas coisas e levam nossos pertences e inclusive os documentos quando estamos dormindo na rua. E dizem rindo de nossa cara que nos tem direito de ir e vir, mas não temos o direito de ficar (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

As normas prescritas sobre a rua ganham um novo contexto. Inicialmente, a rua se mantém como espaço puramente de mobilidade. Mas, transforma-se em espaço de mobilidade comercial, ou produtiva, perdendo o viés de encontro e coletivo. E, por segundo a função de espaço publica se transforma em função de propriedade. Desta forma o real da rua , que abordamos , diverge do prescrito contemporâneo da rua. Pois, este real reflete um espaço que também tem a função privada de moradia para a população em situação de rua e estática de vínculos interpessoais constituídos no cotidiano da vida social.

A relação espaço – tempo é primordial para a constituição prescritiva de uma norma em nossa sociedade. O tempo de execução de uma tarefa em um determinado espaço é fundante para delimitar normativas institucionais, como: o horário da missa em uma igreja, o horário do termino das aulas em uma determinada escola. Diferentemente, observamos a rua, para este publico, se formatar aos marcos originários de espaço e tempo relativos a sobrevivência. Podemos exemplificar como os espaços e horários da cidade que se moldam diante de vários fatores correlacionais: espaços públicos de alimentação constantemente citados e mutáveis (o restaurante popular e a distribuição de sopas); o horário de abertura e saída do Albergue; o horário de atendimento do restaurante popular; os espaços de doações dos restaurantes do centro comercial; o encerramento do comércio na região central e outros. Escorel (1999) demonstra a influência da rotina sobre a PSR:

No caso da população de rua a falta de acesso às atividades rotineiras da vida cotidiana é o próprio elemento de configuração de sua trajetória. Há que considerar-se também que um indivíduo dedicado a sobreviver na rua tem seus horários de trabalho e alimentação determinados pelos transeuntes (para guardadores de carros, catadores de lixo) ou pelas entidades de ajuda (Escorel, 1999, p.293).

Assim, o prescrito da rua aponta o norte da sobrevivência e da rotina amargurada e ímpia. Contudo, o limiar entre o prescrito e o real esta na atividade, esta naquele que transforma e reinventa o cotidiano. No livro “A invenção do cotidiano” de Certeau (1994), este nos apresenta o Homem Ordinário, visto como o que reproduz, repete seguidamente, em intervalos regulares e fere as regras do decoro e dos bons costumes, o homem da rua ou homem comum; aquele que

sucumbe às arbitrariedades de um cotidiano opressor, mas que burla de forma sagaz. A reinvenção do cotidiano, ou o fazer com, é a forma do homem ordinário de ludibriar a opressão. Certeau (1994) averigua que o homem ordinário é o que produz micro exercícios, táticas de confrontação em sua maioria atos de criatividade contra as estratégias sutis do cotidiano de coação do inventivo. Mais que repetição e opressão para Certeau (1994) a teoria das práticas cotidianas, demonstra uma reinvenção do cotidiano por aqueles que burlam de modo matreiro as ordens estabelecidas, burlam o prescrito em busca de novas normas.

(...) [existem] Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracteriza a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Têm que 'fazer com' (Certeau, 1994, p. 79).

As mil maneiras de jogar com o espaço instituído pelo Homem Ordinário podem ser compreendidas pela descrição em que Schwartz (2011, p.133) constata: “Nesse agir, nada pode ser pura aplicação do que se tinha pensado sem você, antes de você”. Daisy Cunha (2007) traduz esse agir ao descrever o conceito da Ergologia denominado Corpo-si:

O corpo-si é a história, história da vida, do gênero, da pessoa, é a história de encontros sempre renovados entre um ser em equilíbrio mais ou menos instável e uma vida social, com seus valores, suas solicitações, seus dramas... é a história, história como memória sedimentada, organizada na miríade dos circuitos da pessoa; mas também história como matriz, energia produtora de inédito: na medida onde a intenção renormalizante é às vezes imposta ao ser – o meio é sempre infiel, como 'encontro' ele reclama que a gente se escolha escolhendo tal ou qual maneira de tratar – e ao mesmo tempo requer como exigência de vida, como apelo nele de saúde, o instrumentalizando sem relaxe para tentar transformar isto que é objetivamente para ele meio (umgebung) nisto que poderia fazer seu meio (umwelt) (Cunha, 2007, p.8).

Para burlar o cotidiano o homem matreiro usa o Corpo-si nas práticas cotidianas, usa a habilidade de sua história, usa a arte de reinventar nos espaços constituídos de ordens exercidas, cumpridas e alteradas, simultaneamente. Contudo, Certeau (1994) pontua que, mesmo após o Homem Ordinário ludibriar o cotidiano usando de sua

história e de seu Corpo-si, existe um movimento ondulatório, um exercício de tentativa de estabilização normativa e uma resposta de reorganização nas performances operacionais dos indivíduos. Schwartz (2000) versa sobre a existência frequente de confronto entre normas não prescritas e prescritas, considera que as primeiras são constituídas pelos indivíduos como forma de manutenção de si próprios, na resistência por seus valores culturais e de sua subjetividade e a contrapartida é a resposta em alguns casos institucionais.

Desta forma, as ruas da sociedade urbana caracterizadas pela imparcialidade, a multiplicidade, o vazio e o não vivido transfigura-se no local de infidelidades. O local de confronto de normas é tido como infiel devido à incapacidade de determinar a priori marcos de composição do cotidiano.

O meio é sempre mais ou menos infiel e, aliás, nunca se sabe onde e em que proporções. Ele jamais se repete exatamente de um dia para o outro – ou de uma situação de trabalho a outra. Então, há uma primeira infidelidade do meio. Ora, essa infidelidade deve ser gerida: e gerida justamente não como uma execução (senão dir-se-ia que o meio é fiel), mas como um "uso de si", ou seja, é preciso fazer uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas para gerir essa infidelidade, para fazer alguma coisa. Isso que eu chamo de "vazio de normas", porque aí as normas antecedentes são insuficientes – visto que não há somente execução (Schwartz; Durrive, 2007, p.195).

Nessa perspectiva, observamos no espaço correlato da rua a existência de uma ambivalência permanente das normas. Poderíamos afirmar que a rua vive sobre uma prescrição infinita diante da infidelidade do meio, na medida em que este espaço vive regido pela égide relacional da sobrevivência e imprevisibilidade. A rua expõe a insuficiência de normas antecedentes, visto que o morador em situação de rua não trabalha somente no âmbito da execução. Ele sobrevive ao fazer uso de si na constante infidelidade.

O imprevisto está presente em nosso cotidiano, mas para as PSR é, na maioria das vezes, coadunado com as formas de se viver nas ruas e de subsistir. Estar hoje no encontro para dizer sobre sua história não é condição para estar amanhã; uma notícia que em determinado local estão a servir sopa, em alguns casos, pode ser um fator mais

importante que aguardar ser abordado pela equipe técnica. A sobrevivência dita às regras da agenda e de dia em dia vai se organizando a vida. Segundo Maria Elizabeth Barros (2008), no artigo intitulado “Cartografando estratégias de resistência construída por educadores no cotidiano de trabalho”: “A imprevisibilidade deve ser gerida, não como uma execução, mas como um uso de si, o que significa dizer que é necessário recorrer a habilidades, recursos e escolhas para gerir essa imprevisibilidade” (Barros 2008, p. 29). Escorel (1999) descreve como teimosos os que sobrevivem na rua:

Entre o polo positivo de uma vida saudável e longa e o polo negativo da morte, encontramos diversos episódios de morbidade, mortalidade, diferenças de esperança de vida, gravidade de patologias, incidência —preferencial de causas de doenças e mortes em determinados grupos sociais (como homicídios e causas externas de modo geral em homens, jovens, pretos ou pardos e pobres, moradores das periferias urbanas), além das iniquidades existentes em relação ao acesso e à utilização dos serviços de saúde de qualidade. Todos esses fenômenos revelam tanto a distinção que há entre viver e sobreviver quanto o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos. Eis que surgem então pessoas que sobrevivem de teimosas (Escorel, 1999, p. 145).

Permanecer vivo na condição de morador de rua é um exercício de rearranjos múltiplos e de teimosia. Guimarães (2010, p.73) descreve sobre a luta do cotidiano: “Cabe destacar, porém, que há na vida das ruas uma luta constante. Essa luta se inicia com a própria luta diária pela sobrevivência. Mas há também uma luta por emprego, por moradia, por liberdade e pela saída dessa situação”. Podemos ampliar e dizer que é também uma luta pela alimentação, pelas drogas e pela subsistência, em um meio reticente em desfavorecer aquele que faz deste espaço uma casa. Uma luta de sobrevivência e teimosia com e contra a imprevisibilidade ou infidelidade da rua. Desta forma para este que ocupa este espaço de infidelidade é preciso usar do corpo-si e de seus valores para renormalizar. Em outros termos, o trabalhador sempre reorganiza o trabalho que lhe é imposto, fazendo escolhas e executando-o de outra maneira, e essa reorganização está ligada à forma como ele sente e enxerga o mundo. (Holtz e Bianco, 2014, pag. 498). Assim, o sujeito em situação de rua, de acordo com sua

historicidade alteram as normas vigentes de acordo com seus valores e uso de si.

4. Relatos da rua e renormalizações

A opção pelo uso de método baseado em “História de Vida” apresenta-se como uma oportunidade de articulação da historicidade do indivíduo, a identificação coletiva e o vínculo entre participantes da pesquisa. Um dos entrevistados nos aponta a importância da condição de constituição de vínculo para compreendermos a rua real:

Se você puder ir nessa oficina, cada dia, você vai ver o dia a dia da gente. Se um dia você puder andar na rua comigo, a você vai ver meu dia a dia. Ai na rua é difícil. Ai é outra coisa... (risos). Ai nós vamos andar bastante. Nós vamos na sopa. Vamos tomar uma sopa. Nós vamos daqui lá reciclando latinha, lata, vamos achar muitas coisas boas. Acha computador, acha tudo (...) (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010).

Os relatos não prescindem de repetir sobre a importância de participação. “*A noite eu tô no albergue, de manhã na catação e de tarde vou pegar umas doações com meu carrinho, se quiser vem junto!*” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010). O cotidiano nas ruas apresenta uma rotina de uma luta diária trilhada pela resolução das necessidades básicas. O produto dessa rotina é a sobrevivência em mais um dia. No primordial da manutenção da existência na situação de rua, podemos delimitar como básico alimentar-se e proteger-se. A alimentação, de certa forma, pode ser baseada na conquista de um simples café da manhã ao uso de drogas; e ter alguma forma de proteção física diz desde algum lugar minimamente seguro para dormir até participar de um grupo violento para sobreviver, caso recorrente entre as mulheres.

O espaço, constituinte de infidelidades constantes do meio, há de se configurar como algo nocivo ao extremo ao morador, mas esse se apresenta, também, espaço representativo de criação de possibilidades novas de renormalização. Burlar o contínuo imprevisto é transformá-lo em criação. Schwartz (2011) descreve as normalizações como:

[...] as múltiplas gestões de variabilidades, de furos das normas, de tessitura de redes humanas, de canais de transmissão que toda situação de trabalho requeira, sem, no entanto, jamais antecipar o que elas serão, na medida em que essas renormalizações são portadas por seres e grupos humanos sempre singulares, em situações de trabalho, elas mesmas também sempre singulares (Schwartz, 2011, p. 34).

Os sujeitos de pesquisa apresentam a rua em varias roupagens. O multifacetado da rua não aparece na observação prescrita do transeunte que vê corpos adoecidos ou machucados e acarreta a esses fenômenos explicações pueris. Ver o machucado e em alguns casos trata-lo não é compreender o real da rua, pode ser apenas a penumbra da norma:

Hoje em dia se você não esta em uma facção na rua você não é ninguém, se você não ta numa maloca, não tá num grupo. Você ta é fazendo hora – extra você já ta passando. Em qualquer momento alguém vai te pegar e te fazer de exemplo para outro. Tem isso tudo tem, tem a guerrilha urbana. Acontece.... Você só vê o cara machucado um dia depois de olho roxo, mas você não imagina o que acontece nas ruas à noite. Porque aconteceu aquilo? De que forma aconteceu aquilo? Muitas das vezes é uma guerrilha na rua, vem um grupo de lá e um grupo de cá e o pau quebra a na madrugada e ninguém tá vendo. Às vezes vocês passam ali e acham que não acontece nada naquele lugar. Dias depois aparece às pessoas aparecem costurados, remendada e machucadas, quando aparecem. O cara leva um pau e acha que os caras tão correndo atrás dele até hoje e ta na BR há anos. UHHH... A gente passa por tudo isso! (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 01 de fevereiro de 2010).

E como se reorganizar diante de tanta violência e dureza? Como buscar uma norma, ou criar uma que possibilite a fugir ou sobreviver da violência? Os furos as normas, as renormalizações, são constituintes de uma posição embasada nas experiências do cotidiano, o uso de saberes investidos de suas histórias e valores. As saídas são múltiplas e infinitas, mas saídas matreiras são recorrentes, como andar.

Ele tem aquela mania de andar. Tudo que incomoda a solução é andar. Que é o remédio natural que nos temos. (...) Pessoas que não tem convívio social, que não conseguem viver em lugar nenhum com ninguém, pessoas de comportamento violento. Então, apronta numa cidade e se vê numa situação de andar para outra

cidade que ali ele já não consegue, já não tem mais convívio e as pessoas o vê com mais olhos (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 01 de fevereiro de 2010).

A antropóloga Filomena Gregori (2000) relata que a população de rua, mais especificamente as crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, apresentam um fenômeno denominado por ela como viração:

Um dos aspectos mais intrigantes ao pesquisar os meninos de rua é o fato de eles estarem sempre circulando por locais variados no espaço público, pelas instituições, nas idas e vindas entre suas casas e ruas. Eles se “viram” circulando. A movimentação é constante: eles não se fixam em um lugar, assim como não estabelecem relações muito permanentes (Gregori, 2000, p.19).

Ainda segundo a autora, esse fenômeno precede a rua. As famílias, ao tentarem se reorganizar diante de conflitos pessoais, usam o recurso da viração; mudam filhos para a casa dos parentes próximos, mudam de bairro, buscam o Estado e instituições para alternativas mais variadas possíveis. O fato é que a trajetória da População em Situação de Rua é marcada pela viração, que continua em sua vida adulta e no seu cotidiano. A viração introjeta-se no morador de rua como algo interno, como um ato de prazer e uma escolha. Uma norma que se recria com fatos históricos postos de antemão. Uma norma antecedente histórica que cruza o seu caminho e se repete.

O álcool na rua apresenta outras funções além das prescritas socialmente. O uso de álcool é quase uma questão de sobrevivência, pois este tem uma gama de funcionalidades: arrebatava o frio das noites, anestesia as dores físicas, promove a sociabilidade, ameniza sintomas da saúde mental, tranquiliza os que possuem dificuldade em dormir, encoraja os tímidos, aplaca a fome e faz esquecer.

Agora os outros lá não esquentam não, arrumam um papelão e uns papel e uma coberta velha lá para dormir e deita lá e enrola. Mas eles dormem não é por questão de sono é por causa da pinga. Eles deitam depois de ter dado uma manguedinha e dorme. Da uma andadinha e o pessoal dá cinquenta centavos, dá dois reais e ai junta e compra uma cachaça destas de plástico, ai fica bebendo, fica tonto e dorme. Se o cara tiver de sapato, ou um chinelo mais novo eles leva. Se deixar não sobra nem a meia... Outro dia (...) (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

O álcool, diante dos conflitos diários da rua, sai da condição de bebida para estímulo do prazer para sobrevivência. Se o meio renormaliza o álcool, como não se renormalizar o ato de comer e receber comida. A alimentação ato de sobrevivência e condição para gerar uma sociabilidade entre a sociedade, pode virar um fardo.

Todo dia vai ter um lugar um horário que vai ter uma doação uma sopa, o pessoal vai estar dando uma coisa. Todos os dias! Tem pessoas que acordam e se vem no direito de acordar o outro para oferecer um copo de chá é quatro biscoitinhos. Deus me perdoe se eu estiver errado, e desculpe a todos se eu estiver errado. Mas eu acho ridículo! Porque o sono é uma das coisas mais importantes e para certas pessoas é difícil para caramba. Ter um sono, ter um desprendimento total. Muitas vezes as pessoas conseguem pegar no sono e vem uma pessoa e diz: Irmão, irmão. Com o coração partindo de caridade, mas ta fazendo e o mal. Não ta fazendo o bem, ela acha que ta fazendo o bem, mas não ta. Chega a ser cruel (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 01 de fevereiro de 2010).

Schwartz (2010) descreve que as renormalizações, trazem em sua essência um desencontro entre os valores que permeiam as normas antecedentes e os valores dos trabalhadores. A norma caritativa torna-se cruel diante do meio. Para se dormir é preciso esperar passar os perigos da noite e a ausência de “debates de normas” nas atividades que circunscrevem a rua, inclusive nas mais ínfimas transformam a falta de dialogo em característica de imposição e negação do outro.

Frente a uma pane, diante de um vazio jurídico ou regulamentar, diante de um caso social particularmente complicado, cada um tratará esses vazios de normas recorrendo a um universo de recursos pessoais, hierarquizado por seu conjunto de valores do momento. Isso se dando, sua escolha quanto à forma de lidar irá se inscrever na história do meio técnico e social, irá fabricar novas micro jurisprudências que fazem história, desestabilizam o protocolo, obrigando-o a se colocar em manutenção (Schwartz, 2011, p.140).

A rua, espaço contraditório, acolhedor e aversivo ao PSR, impõem para a manutenção de sua relação com o morador o ato constante de renormalizar e reinterpretar o vazio de normas. Fazendo isto, ele tenta reconfigurar o meio como o seu uso de si. É o processo de renormalização que está no cerne da atividade. Em parte, cada um chega a transgredir certas normas, a distorcê-las de forma a elas se

apropriar”. Na rua, isso acontece como um contínuo, que se torna crescente para sobreviver ou buscar uma saída dessa condição.

5. Considerações finais

Neste artigo almejamos transpor a leitura ergológica para além dos muros organizacionais do trabalho. Vislumbramos refletir o trabalho em sua ontologia cotidiana, e transpor fronteiras invisíveis para encontrar na rua o ato inventivo da atividade que nos circunda em sua essência criadora, as normas prescritas, o real, o vazio, o corpo-si e suas renormalizações.

Observamos a rua, na atualidade, como o espaço da propriedade privada, do comércio e da não ligação, ou negação do encontro. Espaço infiel produtor de demandas de um corpo-si que gere o uso de si para sobreviver às variabilidades perversas do cotidiano, às mazelas e agruras de noites e dias que intrinsecamente mudam. Do homem simples morador de rua encontramos na perspectiva de Michel Certeau o homem ordinário em situação de rua, com seus esteios históricos, de um sujeito transformador, transitório e reinventivo. Encontramos, dentro dos relatos de História de vida um sujeito vivido, não meramente executor da vida, mas um sujeito que faz uso de si, que reelabora a atividade real e renormatiza cada ato. O real seria o cotidiano executado como saída às dificuldades de cumprir o prescrito, como ação cumprida e renormalizada, dentro do possível e nunca tangível em sua íntegra.

As reflexões que se seguiram foram apontamentos iniciais sobre a possibilidade de uma leitura Ergológica dentro de fenômenos complexos como as relações público e privado, seus viventes da rua e suas formas de sobrevivência. Um início para outras produções possíveis e interdisciplinares.

Referências

ARAÚJO, J. A. (2009) Implicações teórico-metodológicas na Geografia ao se adotar as noções de vida cotidiana e cotidiano. In: *XII Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2009, Montevideo. Anais do 12 Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideo, v. 1.

BARROS, V. A.; SILVA, R. L. (2002) A pesquisa em história de vida. In: GOULART, I.B. (Org.) *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.123-132.

BIANCO, M. F.; ALMEIDA, H. A. C. D.; BINDA, J. (2012) Análise do trabalho numa perspectiva singular de gestão: um estudo em diferentes Unidades de Saúde da Família. In: FERNANDES, S. C.; GOMES, E. B. F. (Org.). *Tecnologias de gestão e subjetividades: por uma abordagem multidisciplinar*. v. III. Vitória: EDUFES.

BRASIL (2009) *Decreto N° 7.053* de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

BRASIL (2006) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento sócio-assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal.

BRITO, M. M. M. (2003) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado) *Loucos pela rua: Escolha ou contingencia*. Belo Horizonte.

CARLOS, A. F. A. (2007) *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições, 123p.

CERTEAU, M. de. (1994) *A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer*. Nova ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 351p.

CUNHA, D. M. (2007) Notas Conceituais sobre Atividade e Corpo-si na Abordagem Ergológica do Trabalho. In: *30ª Reunião Anual da ANPED, 2007*, Caxambu. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social.

CUNHA, A. G. (1982) *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S/A.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. (2010) Glossário da Ergologia. *Laboreal*, 4, (1), 2008. 2 Disponível em <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587;63882> Acesso em: 25 jun. 2010.

- DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. (2006) A formação humana entre o conceito e a experiência de trabalho: elementos para uma pedagogia da atividade (resumo), 2006. *Laboreal*, 2, (1), 42-44. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112265165517591>> Acesso em: 23 abr. 2010.
- ESCOREL, S. (1999) *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- GREGORI, M. F. (2000) *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras. 262p.
- GUIMARÃES, A. G. C. (2010) *A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 182f.
- LEFEBVRE, H.; MARTINS, S. (1999) *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 178 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2007) A ideologia Alemã. In: *Coleção Marx & Engels*. São Paulo: Boitempo editorial.
- MONTEIRO, J. A. T. (2011). *A terceira margem: Uma análise do cotidiano da População em Situação de Rua*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE L. (2007) *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Rio de Janeiro: Eduff. 300 p.
- SCHWARTZ, Y. (2000) A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho e Educação*. Revista do NETE/UFMG, n°. 07, jul-dez, p. 38-46.
- SCHWARTZ, Y. (2011) *Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para compreensão do trabalho na atua*